

Aviso n.º 17977/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Novembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ana Cristina Gomes, natural de Benguela, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida a 05/09/1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 17978/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Maio de 2008, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jayme Amorim Campos, natural de Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido a 16/11/1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 17979/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Renan Scavone Fernandes Pereira, natural do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido a 01/12/1984, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 17980/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Domingas Martins Landim, natural de Bolama, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 17 de Setembro de 1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

9 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1329/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 2348/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 29 de 9 de Fevereiro de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê “Albino Ambrosio Nende” deve ler-se “Albino Ambrosio Nente”.

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1330/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 18 918/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 191 de 3 de Outubro de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê “Umaro Balde” deve ler-se “Umaru Baldé”.

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1331/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 10 428/2006 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 185 de 25 de Setembro de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê “nascido em 6 de Fevereiro de 1954” deve ler-se “nascido em 6 de Fevereiro de 1959”.

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1332/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 17 611/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 179 de 17 de Setembro de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê: “República do Zaire” deve ler-se: “República de Angola”

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1333/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 17 049/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 175 de 11 de Setembro de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê: “Nossa Senhora da Graça” deve ler-se: “Nossa Senhora da Luz”

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1334/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 475/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de Janeiro de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê: “nascido em 3 de Abril” deve ler-se: “nascido em 8 de Abril”

7 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública**Despacho n.º 16560/2008**

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 16.º, alínea *j*), do Decreto-Lei n.º 42794, de 31 de Dezembro de 1959, 17.º, n.º 1, alínea *b*), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e 13.º, n.º 2, alínea *m*), e 3 da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, delego no Secretário-Geral dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública, Intendente José Emanuel de Matos Torres, a competência para prática dos seguintes actos:

1.1 — Proceder à nomeação do Conselho Administrativo e à substituição na falta ou impedimento de qualquer dos seus membros;

1.2 — Decidir os pedidos de comparticipação no âmbito da assistência a prestar pelos Serviços Sociais da PSP;

1.3 — Decidir os pedidos de empréstimo à Caixa Económica da Polícia de Segurança Pública;

1.4 — Decidir os pedidos de inscrição como beneficiários, nos termos da lei;

1.5 — Autorizar a abertura de concursos para atribuição de casas de renda económica património dos Serviços Sociais bem como aprovar a selecção e classificação dos candidatos e a distribuição das casas respectivas;

1.6 — Aprovar a celebração e cessação de qualquer contrato de arrendamento de casas ou de fracções autónomas pertencentes aos Serviços Sociais, bem como a actualização das respectivas rendas e transmissão do direito ao respectivo arrendamento;

1.7 — Conceder licenças até 30 dias, com excepção da licença sem vencimento;

1.8 — Autorizar nos termos da lei, os benefícios do Estatuto ao Trabalhador-Estudante;

1.9 — Justificar e injustificar faltas do pessoal com funções policiais e do pessoal com funções não policiais;

1.10 — Aprovar o plano de férias e respectivas alterações por interesse do serviço, bem como a sua acumulação parcial, de acordo com orientações superiormente definidas;

1.11 — Autorizar o início das férias;

1.12 — Autorizar deslocações normais em território nacional;

1.13 — Homologar as classificações de serviço atribuídas pelos avaliadores relativamente a chefes e agentes;

1.14 — Aprovar autos de incapacidade, venda ou destruição de materiais do património dos Serviços Sociais;

1.15 — Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, aquisição e locação, sob qualquer regime, de bens e serviços, até ao montante de € 300 000, nos termos das disposições legais aplicáveis;

1.16 — Decidir os processos de sanidade cujos acidentes sejam considerados em serviço, dos quais não resulte a morte ou qualquer

incapacidade permanente absoluta (IPA) ou incapacidade permanente parcial (IPP) para os acidentes;

1.17 — Decidir da qualificação dos acidentes como não ocorridos em serviço, excepto se dos mesmos resultar a morte para os acidentados;

1.18 — Autorizar as alterações orçamentais que forem da minha competência.

2 — Ratifico, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados no âmbito das competências previstas no número anterior, até à publicação do presente despacho.

16 de Maio de 2008. — O Director Nacional e Director dos Serviços Sociais da PSP, *Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 16561/2008

Por meu despacho de 27 de Maio de 2008, por subdelegação, foram convertidas em definitiva, nos termos do artigo 44.º n.º 1, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei 343/99, de 26 de Agosto, as seguintes nomeações interinas efectuadas ao abrigo do artigo 43.º do mesmo dispositivo legal:

Augusto Neves do Nascimento, Escrivão-Adjunto sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivão de Direito, no 2.º Juízo, 1.ª Secção, do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha.

Fernanda Cidália de Sousa Caiado Pires da Fonseca, Escrivã-Adjunta sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivã de Direito, no 2.º Juízo, 1.ª Secção Cível de Lisboa.

Júlio Manuel Nunes Joaquim, Escrivão-Adjunto sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivão de Direito, no 1.º Juízo, 1.ª Secção, do Tribunal da Comarca de Ourique.

Maria Helena Fernandes da Costa, Escrivã-Adjunta sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivã de Direito no Juízo de Execução do Tribunal da Comarca de Guimarães.

27 de Maio de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 16562/2008

Nos termos do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e por despacho da directora-geral de 26 de Maio de 2008, foi autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com início a 1 de Junho de 2008, a Cristiano Martins da Silva, guarda prisional, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

28 de Maio de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 16563/2008

Por despacho da Directora-Geral de 08 de Maio de 2008, Sílvio Pereira Araújo, guarda prisional do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 1, índice 124, foi autorizado a iniciar licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a 01 de Setembro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Junho de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

Aviso n.º 17981/2008

O processo de reestruturação da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) iniciou-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril.

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, no decurso dos processos de reestruturação dos serviços o funcionário pode optar voluntariamente pela colocação em situação de mobilidade especial, desde que obtida a anuência do dirigente máximo do serviço.

Assim, nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, publica-se a lista nominativa, aprovada por despacho, da Directora-Geral, de 17 de Abril de 2008, dos funcionários do quadro da DGSP que optaram pela colocação em situação de mobilidade especial.

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalão	Índice
Henriqueta Maria Lourenço Manguito Leiria	Nomeação definitiva	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	2	137
Hermínia de Freitas Silvestre Caetano	Nomeação definitiva	Assistente administrativo	Assistente administrativo principal	1	222
Carlos Manuel Quintino Vicente	Nomeação definitiva	Assistente administrativo	Assistente administrativo especialista	2	280
Feliciana de Jesus Lopes Martins	Nomeação definitiva	Assistente administrativo	Assistente administrativo principal	2	233
Edite Glória Dias	Nomeação definitiva	Telefonista	Telefonista	7	209
Maria de Lurdes Mateus Costa	Nomeação definitiva	Auxiliar de limpeza	Auxiliar de limpeza	2	133
Dulce Brás Neves Guerreiro Gonçalves	Nomeação definitiva	Auxiliar de limpeza	Auxiliar de limpeza	2	133
Cidália Batista de Jesus	Nomeação definitiva	Auxiliar de limpeza	Auxiliar de limpeza	2	133
Maria Manuela Carvalho Mendes Cardoso	Nomeação definitiva	Telefonista	Telefonista	7	209
Carlos Manuel Serrão Boletas	Nomeação definitiva	Operário qualificado	Operário qualificado electricista	2	151
José Carlos Grave Carreto	Nomeação definitiva	Assistente administrativo	Assistente administrativo especialista	4	316
Lourdes de Fátima Lima Lourenço Baccelar Gouveia	Nomeação definitiva	Técnica superior de reeducação	Técnica superior principal de reeducação	1	510
Maria do Castelo Morgadinho Ferrão e Ferreira	Nomeação definitiva	Assistente administrativo	Assistente administrativo especialista	4	316

2 de Junho de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Aviso n.º 17982/2008

Concurso externo de ingresso para provimento de 1 lugar de especialista superior estagiário, para o Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária — Área de Documentos

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho de 05.06.2008, do Exmo. Senhor Director Nacional da Polícia Judiciária, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário*

da República, concurso externo de ingresso para o preenchimento de 1 lugar de especialista superior estagiário para o Laboratório de Polícia Científica — Área de Documentos, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, anexo ao Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 09 de Novembro.

1.1 — O concurso é aberto ao abrigo da quota de descongelamento atribuída com carácter excepcional a esta Polícia por Despacho conjunto de Suas Excelências o Primeiro Ministro e o Ministro de Estado e das Finanças, n.º 372/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 86, de 04 de Maio de 2006.

1.2 — Na sequência da consulta efectuada ao Portal sigAME, verificou-se a existência de pessoal em situação de mobilidade especial, pelo